

# A Educação dos Primórdios ao Século XXI:

## Perspectivas, Rumos e Desafios

# 6

Américo Junior Nunes da Silva  
Thiago Alves França  
Tayron Sousa Amaral  
(Organizadores)

**Atena**  
Editora  
Ano 2021



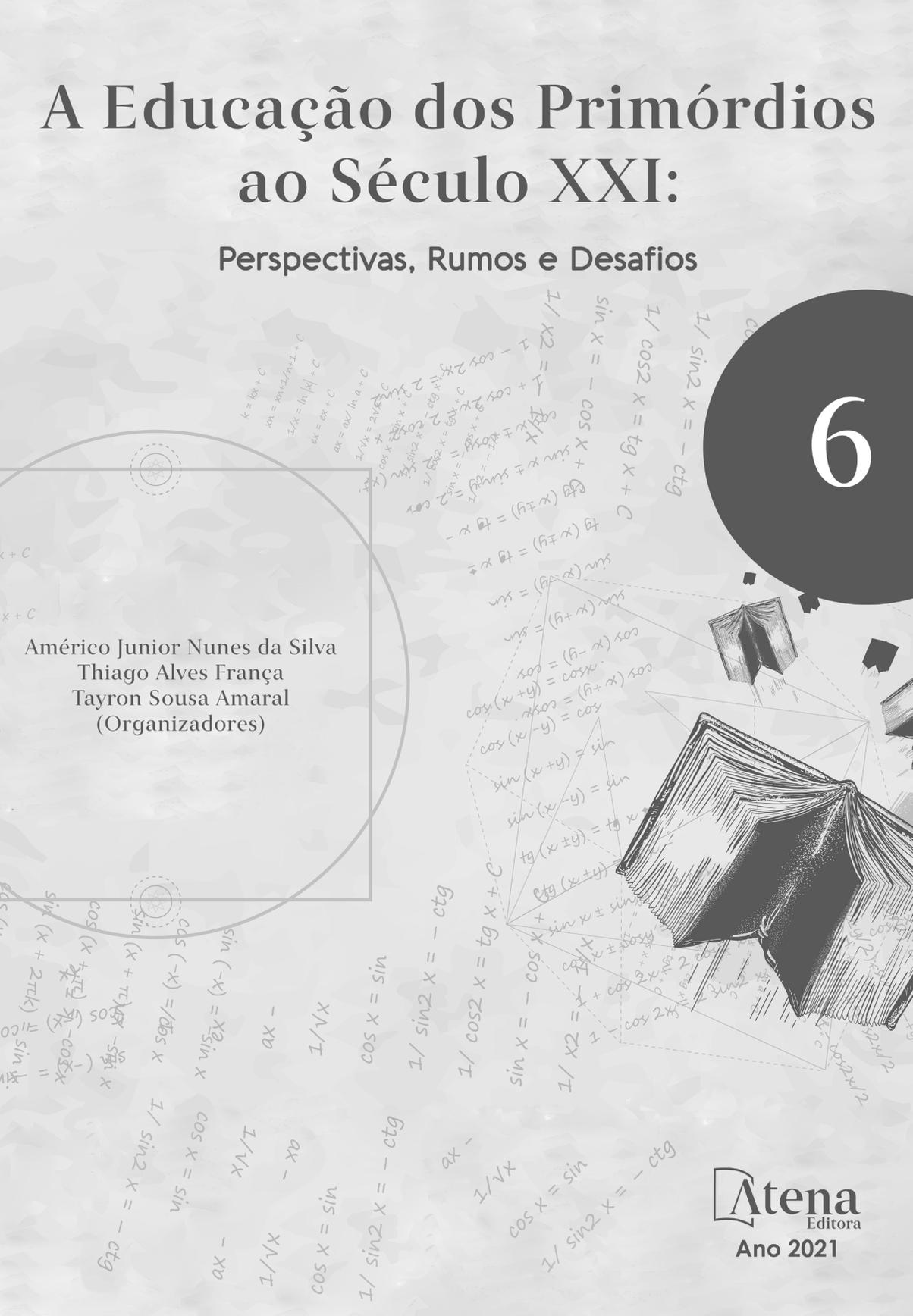
# A Educação dos Primórdios ao Século XXI:

Perspectivas, Rumos e Desafios

6

Américo Junior Nunes da Silva  
Thiago Alves França  
Tayron Sousa Amaral  
(Organizadores)

**Atena**  
Editora  
Ano 2021



**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Vanessa Mottin de Oliveira Batista  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadores:** Américo Junior Nunes da Silva  
Thiago Alves França  
Tayron Sousa Amaral

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

E24 A educação dos primórdios ao século XXI: perspectivas, rumos e desafios 6 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Thiago Alves França, Tayron Sousa Amaral. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-846-5

DOI 10.22533/at.ed.465210403

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. França, Thiago Alves (Organizador). III. Amaral, Tayron Sousa (Organizador). IV. Título.

CDD 370

**Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos e surpreendidas, em 2020, por uma pandemia: a do novo coronavírus. O distanciamento social, reconhecido como a mais eficiente medida para barrar o avanço do contágio, fez as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias de aproximação entre estudantes e profissionais da educação. E é a partir desse lugar de distanciamento social, permeado por angústias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os/as docentes pesquisadores/as e os/as demais autores/as tiveram seus escritos reunidos para a organização deste livro.

Como evidenciou Daniel Cara em uma fala na mesa “*Educação: desafios do nosso tempo*”, no Congresso Virtual UFBA, em maio de 2020, o contexto pandêmico tem sido uma “tempestade perfeita” para alimentar uma crise que já existia. A baixa aprendizagem de estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques à Educação, Ciências e Tecnologias, e os diminutos recursos destinados a essas esferas são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia, ainda segundo Daniel Cara, só escancara o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades.

Nessas condições de produção, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, sobretudo aquelas que se entrecruzam com o contexto educacional, e que geram implicações sobre ele. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, desafio este aceito por muitos/as professores/as pesquisadores/as brasileiros/as, como estes/as cujos escritos compõem esta obra.

O cenário político de descuido e destrato com as questões educacionais, vivenciado recentemente, nos alerta para uma necessidade de criação de espaços de resistência. É importante que as inúmeras problemáticas que, historicamente, circunscrevem a Educação sejam postas e discutidas. Precisamos nos ouvir e sermos ouvidos/as, criando canais de comunicação – como é, inclusive, este livro – que possam provocar aproximações entre a comunidade externa, de uma forma geral, e as diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade.

As discussões empreendidas neste volume de “***A Educação, dos primórdios ao século XXI: perspectivas, rumos e desafios***”, por terem a Educação como foco, produzem um espaço oportuno de discussão sobre o campo educacional, mas também um espaço de repensar esse mesmo campo em relação à prática docente, considerando os diversos elementos e fatores que a constituem, inter cruzam e condicionam.

Este livro reúne um conjunto de textos originados de autores e autoras de diferentes estados brasileiros e países, e que tem a Educação como temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, ciências e tecnologias, sexualidade,

ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, política, economia, entre outros.

As autoras e os autores que constroem esta obra são estudantes, docentes pesquisadoras/pesquisadores, especialistas, mestres ou doutoras/doutores e que, partindo de sua práxis, buscam, com “novos” olhares, compreender as problemáticas cotidianas que as/os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria uma reação em cadeia, já que, pela mobilização das autoras e dos autores, pela reflexão das discussões por elas/eles empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as, incentivados/as a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nesse movimento, portanto, desejamos a todas e todos uma leitura produtiva, engajada e lúdica!

Américo Junior Nunes da Silva

Thiago Alves França

Tayron Sousa Amaral

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS: UM DEBATE SOBRE COTAS RACIAIS	
Alex Augusto de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.4652104031	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
CORPO EDUCADO E SELECIONADO: GOVERNANÇA DA EDUCAÇÃO E OS PROCESSOS DE SUJEIÇÃO NO CONTEMPORÂNEO	
Iáscara Oara de Jesus	
Marlene Holdorf	
DOI 10.22533/at.ed.4652104032	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
O PAPEL DO ENSINO SUPERIOR NO DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA: O CASO DA ESPTN	
Teresa de Jesus Portelinha Almeida Patatas	
DOI 10.22533/at.ed.4652104033	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>35</b>
CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS EGRESSOS DO PROGRAMA DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FACULDADE DE SAÚDE E ECOLOGIA HUMANA (2012-2018)	
Débora Rodrigues Tolentino	
Gustavo Nunes Tasca Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.4652104034	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>46</b>
BIOPODER E CIDADANIA DIGITAL NO ENSINO SUPERIOR	
Luciana de Lima	
Robson Carlos Loureiro	
DOI 10.22533/at.ed.4652104035	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>58</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REFLEXÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	
Evaneide de Brito Feitosa Aguiar	
Weimar Silva Castilho	
DOI 10.22533/at.ed.4652104036	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>71</b>
ECOLOGIA E CRISTIANISMO: O CUIDADO DA CASA COMUM	
Severino Arruda da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4652104037	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>83</b>
OS CONTOS CEDRAZIANOS COMO RECURSO PEDAGÓGICO PARA O PROCESSO	

## DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Priscila Raiane da Silva Barbosa

Mirtes Ribeiro de Lira

**DOI 10.22533/at.ed.4652104038**

## **CAPÍTULO 9..... 97**

### **COMPETÊNCIAS E HABILIDADES MIDIÁTICAS DE ESTUDANTES DE ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA E CASA FAMILIAR RURAL NO BIOMA AMAZÔNIA, BRASIL**

Tércia Zavaglia Torres

Marcia Izabel Fugisawa Souza

Luiz Manoel Silva Cunha

Jaudete Daltio

João Alfredo Carvalho Mangabeira

**DOI 10.22533/at.ed.4652104039**

## **CAPÍTULO 10..... 127**

### **JUVENTUDES E SOCIOEDUCAÇÃO: REPENSANDO OS PROCESSOS EDUCATIVOS NO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DE CUIABÁ/MT**

Kátia Aparecida da Silva Nunes Miranda

Elenice Maria Cammarosano Onofre

**DOI 10.22533/at.ed.46521040310**

## **CAPÍTULO 11..... 140**

### **A CONTEXTUALIZAÇÃO NO ENSINO DE BOTÂNICA EM UMA ESCOLA INDÍGENA DE BENJAMIN CONSTANT, AMAZONAS, BRASIL**

Nataniel Gomes Marin

Maria Gabriela da Silva Pulgarin

Arlington da Costa Maurício

Thaysa Nogueira de Moura

**DOI 10.22533/at.ed.46521040311**

## **CAPÍTULO 12..... 149**

### **O PATRIMÔNIO CULTURAL NA FORMAÇÃO INTEGRAL DO GUIA DE TURISMO**

Marco Arlindo Amorim Melo Nery

Vinícius Marcelo Silva

**DOI 10.22533/at.ed.46521040312**

## **CAPÍTULO 13..... 156**

### **PERFIL DO EGRESSO: IMPORTÂNCIA E CONSTRUÇÃO PARA UM CURSO DE ENGENHARIA**

Carolina Castilho Garcia

Daiane Cristina Lenhard

Elciane Regina Zanatta

Fábio Avelino Bublitz Ferreira

Ilton José Baraldi

**DOI 10.22533/at.ed.46521040313**

<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>168</b>
PERFIL DE INGRESSANTES EM ZOOTECNIA NO ESTADO DO MATO GROSSO EM 2019	
Vanessa Sobue Franzo	
Maria Fernanda Soares Queiroz Cerom	
Alexandra Pottenza Vidotti	
Clarissa Senhorino Teschke	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46521040314</b>	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>176</b>
A ARITMÉTICA NO ENSINO PRIMÁRIO DE BRASÍLIA: CIRCULAÇÃO E APROPRIAÇÕES DE IDEIAS ADVINDAS DO PABAAE	
Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho	
Aparecida Rodrigues Silva Duarte	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46521040315</b>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>189</b>
A PRÁTICA DO LETRAMENTO ESTATÍSTICO NA PROEJA: OS JOGOS DIDÁTICOS COMO ESTRATÉGIAS DE ENSINO	
Islani Silva Maia	
Weimar Silva Castilho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46521040316</b>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>205</b>
DIFERENTES ABORDAGENS NO ENSINO DE FUNÇÕES	
Guimara Bulegon	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46521040317</b>	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>219</b>
O PENSAMENTO ESTATÍSTICO NO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA EXPERIÊNCIA ARTICULANDO A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA ELETRÔNICA COM A ESTRATÉGIA METODOLÓGICA DE PROJETOS DE PESQUISA	
Karine Machado Fraga de Melo	
Claudia Lisete Oliveira Groenwald	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46521040318</b>	
<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>239</b>
EDUCAÇÃO EM ÉPOCA DE COVID-19	
Jurutan Alves da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46521040319</b>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES .....</b>	<b>250</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>252</b>

# CAPÍTULO 6

## POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REFLEXÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

*Data de aceite: 01/03/2021*

*Data de submissão: 01/11/2020*

### **Evaneide de Brito Feitosa Aguiar**

Instituto Federal do Tocantins Campus Palmas  
Imperatriz/MA  
<http://lattes.cnpq.br/3532581976599934>

### **Weimar Silva Castilho**

Instituto Federal do Tocantins Campus Palmas  
Pamas/TO  
<http://lattes.cnpq.br/3043820195417966>

**RESUMO:** Discutir sobre as políticas públicas inclusivas brasileira, pode nos oportunizar reflexões relevantes, as pessoas com deficiências têm ganhado espaço no debate político educacional. Este trabalho traz reflexões sobre as principais políticas públicas inclusivas e seus avanços desde das influências das políticas internacionais como a Declaração de Salamanca, Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão e a Convenção da Organização dos Estados Americanos, estas que foram importantes para o surgimento das políticas inclusivas nacionais. A abordagem metodológica, apresenta-se como quali/quantitativa de análise de conteúdo, assim foi realizado a revisão bibliográfica da literatura sobre o contexto histórico da educação inclusiva no Brasil, logo em seguida foram coletadas nas bases de dados no site do ministério da educação (MEC) documentos que orientaram esta pesquisa, legislações específicas da educação inclusiva

tanto no âmbito do território nacional, como internacional. As análises dos documentos legislatórios, é notório que as políticas públicas inclusivas tem ganhado destaques, mas os resultados inferirem a necessidade de mais empenho do poder público para implementação dessas políticas em toda rede de ensino.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política Pública Inclusiva. História da Educação Inclusiva. Inclusão das Pessoas com Necessidades Educativas.

### **PUBLIC POLICIES FOR INCLUSIVE EDUCATION: REFLECTION ON THE RIGHTS OF PEOPLE WITH DISABILITIES**

**ABSTRACT:** The Brazilian scenario has proved to be rich in relation to the various public policies that exist today, people with disabilities have gained space in the political educational debate, due to these policies. This research investigates the emergence of the first inclusive policies and their developments to the present day, and then discusses the relationship between the implementation of these policies in the educational debate as educational guidelines in an inclusive education perspective. The research has as methodological assumption the descriptive analytical research, it makes use of the information collected by the Ministry of Education on the documents containing specific legislation of inclusive education in Brazil, and a literary review of research carried out on the same theme. In view of the context, the results have shown that the implementation of inclusive public policies is still in its infancy, needing adaptation and more focus on this theme.

**KEYWORDS:** Inclusive Public Policy. History of

## 1 | INTRODUÇÃO

O presente cenário brasileiro apresenta uma forte tendência para redução das desigualdades que se tornou um dos temas mais relevantes, polêmicos e intrigantes. Em plena era moderna e do mundo globalizado é preciso transpor a barreira das diferenças, principalmente as que tange as legislações que assistem as pessoas com deficiência. Atualmente existem políticas educacionais que tratam exclusivamente da inclusão das pessoas com deficiência, estas políticas estão associadas com a cultura, história, política e economia, com o intuito de garantir os direitos de todos os estudantes de estarem juntos, participando e aprendendo das atividades escolares.

A Educação Especial é foco de estudos desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no ano de 1948. No entanto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sugere que pessoas com deficiência sejam inseridas, preferencialmente, no ensino regular. Porém, só houve proposta efetiva de inclusão após a Constituição de 1988 e sob forte influência de duas declarações a primeira de de Jomtien em 1990 e a segunda de Salamanca no ano de 1994, desde então começaram as discussões no sentido de universalização da Educação, implementado nas escolas políticas de Educação Inclusiva, que culminou com a elaboração da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

De acordo com o último censo realizado, o Brasil possui cerca de 45.606.48 pessoas com deficiência, equivalente a 23% da população do país, dentre essas porcentagens encontra-se, 18,60% deficiência visual, 7% deficiência motora, 5,10% deficiência auditiva e 1,40% com deficiência menta (APAES, 2020).

O enfoque deste artigo a análise do panorama das políticas da educação inclusiva vigentes, trazendo uma breve reflexão sobre a evolução histórica da educação especial, lutas e conquista pelos direitos humanos das pessoas com deficiência. Na tentativa de esclarecer, as dificuldades encontradas nas escolas para executar as políticas públicas de inclusão, impossibilitando a inclusão dos estudantes com necessidades educativas.

Apesar dos inúmeros avanços no que se refere aos direitos das pessoas com deficiência, nota-se que existe uma lacuna entre os direitos e o acesso. Essa foi a motivação dos autores deste trabalho para realizar o levantamento bibliográfico. Visto que, esta pesquisa se justifica, na medida que as políticas públicas refletem diretamente na sala de aula e nas metodologias dos professores, visto que, a inclusão deste público no espaço escolar, se tornou um grande desafio. A disponibilidade de diversas políticas a favor das pessoas com deficiência, surge o questionamento, por qual razão a rede regular de ensino muitas vezes não obtém êxito na inclusão.

A abordagem metodológica desta pesquisa se deu por meio de pesquisa documental,

nas bases de dados do Ministério da Educação (MEC), a fim de explorar as legislações vigentes sobre políticas públicas inclusivas e trabalhos sobre educação especial no Brasil, apresentando uma breve análise sobre a evolução histórica da educação especial e como as políticas influenciaram sobre a tentativa de inclusão das pessoas com deficiência no espaço educacional.

Os documentos examinados foram, basicamente a Constituição Federal de 1988, Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Nº 8.859/94 - Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos estudantes de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96, Lei nº 9394/96 (LDBN), os Decretos nº 3.298/99 - Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, Decreto nº 5.626/05 - Regulamenta a Lei 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, Decreto nº 7.612, de 17 de Novembro de 2011, e o Decreto nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011.

Não obstante a análise de documentos internacionais significativos que influenciaram na construção das políticas nacionais, são eles, Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes em 1975, Declaração de Salamanca, Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão em 2001 e a Convenção da Organização dos Estados Americanos Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001.

Avaliar os documentos que tratam da inclusão das pessoas com deficiente no ensino e compreender quais são os fatores que podem facilitar ou dificultar a sua permanência na escola é de fundamental relevância social para a educação inclusiva. A análise documental trará profundas reflexões sobre a conquista dos direitos relativos à inserção das pessoas com deficiência no meio escolar, considerando a relação da educação inclusiva, inerentes aos direitos humanos.

## **2 | METODOLOGIA DA PESQUISA**

Trata-se de uma pesquisa documental numa abordagem qualitativa, com o levantamento bibliográfico sobre a temática das políticas públicas da educação inclusiva, realizada em três etapas: primeira um breve panorama sobre a historicidade da educação das PcD, segundo momento, pesquisa documental nas bases de dados do MEC, a terceira foi a busca sistemática de artigos relacionada a temática deste trabalho no portal da CAPES. Na última etapa foram selecionados documentos que tratam da inclusão das PcD e os desdobramentos das principais políticas a favor da minoria, em seguida, foi realizada a análise da influência dessas políticas, para a inclusão no ambiente educacional.

A pesquisa documental permite analisar diversos documentos, incluindo os não científico, como os documentos legislativos entre outros, todos que puderem fornecer informações contextualizadas de um determinado tema ou contexto (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

### 31 POLÍTICAS PÚBLICAS ANÁLISE E REFLEXÃO SOBRE SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INSERÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

No exercício para prática da integração social, foi necessário uma série de legislações para justificar e contribuir na inclusão das PcD. Dito isso, para melhor compreensão, foram apresentadas as políticas nacionais organizadas de acordo com sua ordem cronológica, apresentadas nos Quadros 1 e 2.

LEGISLAÇÃO	DESCRIÇÃO	CONTEXTO HISTÓRICO
Constituição Federal aprovada em 22 de setembro de 1988 e promulgada em 5 de outubro de 1988 (BRASIL, Constituição Federal, de 1988)	Assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (BRASIL, Constituição Federal, de 1988).	Em meio a candidatura presidencial de Tancredo Neves, divulga-se o <i>Manifesto à Nação</i> , chamada de Aliança Democrática, com esperança de um futuro melhor para o país, a elaboração da constituição durou 20 meses, além dos votos parlamentares, contou com assinatura de 30 mil eleitores enviadas pelos correios e foi considerada um símbolo da redemocratização pelo fim da ditadura militar (SOUZA, 2005).
LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 (BRASIL,2011).	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente (BRASIL,2011).	No ano de 1927 foi criado o Código de menores conhecido por Código Mello Mattos, e objetivava a criminalização da pobreza, este Código vingou até 1990, neste período todas as crianças e jovens eram vistos como perigosos caso se encontrasse em estado de abandono, carente, infrator, ocioso, em situação de rua, ou que manifestasse conduta anti social, doente ou com deficiência e o juiz de menor por uma ordem do Estado tinha o poder dessa decisão, estes indivíduos ficavam em instituições e recebiam punições perversas. Com isto causou revolta na sociedade o que motivou inúmeros movimentos e lutas em prol da defesa destas crianças e adolescentes, o que resultou no (ECA- Lei 8069/90). Sancionado pelo então Presidente Fernando Collor, no dia 13/07/90, assim foi extinto o código de menores (POPPER, DIAS, 2016).
LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008. (BRASIL, 2008).	Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio. Art. 1º - As pessoas jurídicas de Direito Privado, os órgãos de Administração Pública e as Instituições de Ensino podem aceitar, como estagiários, os alunos regularmente matriculados em cursos vinculados ao ensino público e particular (BRASIL, 2008).	Os estágios foram instituídos pela primeira vez na década de 1960 era da ditadura militar, através da Portaria nº1.002. Em 1970 foram criados os “estágios práticos” por meio do Decreto nº 66.546/70, mas não eram abarcadas todas as áreas, e deixava desejar, já na década de 1990, que as questões sobre o estágio tiveram mais visibilidade, por conta do Conselho Nacional de Educação (CNE), e das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), neste período foi instituído a necessidade da inclusão às (PcD), para prática profissional nos estágios (COLOMBO e MAZEPA, 2014).

<p>LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 199 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – (LDBEN)</p>	<p><b>CAPITULO V - EDUCAÇÃO ESPECIAL</b>  Art. 58. A oferta da será oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. No art. 59 nos incisos I, II, III, IV e V, assinalam que os sistemas de ensino devem assegurar às (PcD), currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, terminalidade específica, aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; professores com especialização adequada, educação especial para o trabalho, acesso igualitário.</p>	<p>Os primeiros passos da (LDBEN), foi em 1961 Lei nº4.024, foi bastante questionada e criticada, pois não englobavam todos as modalidades de ensino. Em 1971 foi promulgada uma nova Lei a LDB 5.692, no entanto esta Lei também não abrangia a educação como um todo, era direcionada apenas para o ensino do 1º e 2º graus.</p> <p>O contexto histórico do após ditadura, os avanços tecnológicos fomentaram a necessidade da reestruturação da (LDBEN), em 1986 iniciou nova discussão na IV Conferência Brasileira da Educação (CBE) iniciou-se movimentos pela nova (LDBEN), e em 1996, foi promulgada a nova e atualmente usada (LDBEN) nº 9.394/96, mais completa, apontou em seu texto Cap. V a preocupação com as (PcD), e sofre até o momento vigente inúmeros modificações, adequando seu texto de acordo com a necessidade do educando e contexto atual (MONTEIRO, GONZÁLEZ e GARCIA, 2011).</p>
<p>LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989, regulamentada pelo Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999.</p>	<p>Em seus Art. 1º asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das (PcD).  Art. 2º Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à (PcD) o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. Art. 5º obedecerá aos seguintes princípios; I - desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da (PcD) no contexto sócio-econômico e cultural;II - estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às (PcD) o pleno exercício de seus direitos básicos; III - respeito às (PcD), que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos.</p>	<p>Com a necessidade de reestruturação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), com lutas e conquistas para os envolvidos foram estabelecido a elaboração de planos, programas e projetos, incluindo a participação das pessoas e entidades, a CORDE contaria com o assessoramento do Conselho Nacional de Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência (CONADE), o governo incluiu um Conselheiro Titular e seu suplente para, o Ministérios da Justiça, da Educação, do Trabalho e Emprego, dos Transportes, da Saúde, da Previdência e Assistência Social, da Ciência e Tecnologia, da Casa Civil da Presidência da República, das Comunicações, da Cultura, do Esporte e Turismo, da Procuradoria Geral da República e da Procuradoria Geral do Trabalho. Dez anos mais tarde, o Decreto nº 3.298/99 regulamentou a Lei nº 7.853 e, desta forma, a política para integração da (PcD) é consolidada (PORTADORAS, 2003).</p>
<p>Decreto nº 5.626/05 - Regulamenta a Lei 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (BRASIL, 2005).</p>	<p>O decreto dispõe sobre a Libras e sua difusão, em seus decretos:  Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.  Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva (BRASIL,2005).</p>	<p>Ocorrido no Congresso de Milão em 1880 a proibição da utilização da língua de sinais em todo o mundo, no Brasil os surdos foram obrigados a aderir o oralismo. Mas a partir de 1990, movimentos sociais e lutas em prol do reconhecimento linguístico os surdos e comunidade ouvintes que faziam parte da cultura surda, como os intérpretes e várias instancias representativas da comunidade surda como a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) que ao longo de 20 anos, determinou como meta o reconhecimento linguística da Língua Brasileira de Sinais – Libras, que culminou com a aprovação em congresso com a lei 10.436 e regulamentada pelo Decreto 5.626/05 (QUADROS, 2008).</p>

<p>DECRETO Nº 7.612, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011. - Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite (BRASIL, 2011).</p>	<p>O Viver sem Limite visa contribuir no processo de elaboração, implementação e monitoramento da garantia dos direitos das (PcD). Art. 1º Fica instituído o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite, com a finalidade de promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, aprovados por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, com <b>status</b> de emenda constitucional, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 (BRASIL, 2011).</p>	<p>O Decreto 7.612 de 2011 intitulado por Plano Viver sem Limite, foi resultado do processo de várias outras organizações políticas e sociais, como a Constituição de 1988, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência pelo Brasil, em 2008 com a carta magna em assegurar tais direitos, abordando as áreas de atenção e responsabilidade de cada setor do Estado. Com a revogação do Decreto 6.215/07 a Lei em vigor 7.612 de 2011 O Viver sem Limite foi uma proposta do plano federal de intervenção transversal, elaborada com a participação de quinze ministérios, tratou de eixos como, Acesso à Educação; Atenção à Saúde; Inclusão Social e Acessibilidade (DIAS,2015).</p>
<p>DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.(BRASIL, 2011).</p>	<p>DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011. - Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Art. 2º A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2011).</p>	<p>Em 2008, <i>A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE)</i>, embasada na concepção de direitos humanos, responsabiliza a escola pela superação da exclusão dos seus estudantes, visa à construção de sistemas educacionais inclusivos, (BRASIL, 2008a). No entanto impele os sistemas de ensino a se organizarem de forma a atender todos os alunos, a garantir: oferta do atendimento educacional especializado (AEE). O Decreto nº 6.571/08, responsabiliza a União, Estados e Municípios o financiamento para a ampliação da oferta do (AEE). Ele foi revogado pelo Decreto nº 7.611/2011 (BRASIL, 2011a), que dispõe sobre a ampliação dos sistemas de ensino a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação sob responsabilidade da União e estabelece o seu financiamento no âmbito do (FUNDEB), que resultou com inúmeras escolas especiais pelo país, e salas de recursos especializada, com uma segunda matrícula aos estudantes com (NEE) (MACHADO, VERNICK,2013).</p>

Quadro 1 - Descrição das Políticas Públicas

Além dos documentos nacionais, apresenta-se, no Quadro 2, os documentos interacionais que influenciaram na criação dos documentos oficiais da educação inclusiva brasileira.

LEGISLAÇÃO/DESCRIÇÃO	CONTEXTO HISTÓRICO
<p>DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES - Resolução aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 09/12/75. A esta Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes e apela à ação nacional e internacional para assegurar que ela seja utilizada como base comum de referência para a proteção destes direitos.</p>	<p>Nos Estados Unidos e na Inglaterra no final da década de 1970, houve os movimentos ativista de (PcD) e organizações que lutavam e defesa destas pessoas, com objetivo de influenciarem a criação de políticas antidiscriminatórias. A partir desses movimentos surgiu a discussão para a criação da Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, foi o primeiro acordo internacional estabelecido aos direitos humanos do século XXI, relevante por conceitualizar assuntos a respeito das (PcD), tomada como base, pelos países signatários, para a construção das suas políticas sociais de inclusão.</p> <p>No Brasil assinou a Convenção e o seu Protocolo Facultativo em 30 de março de 2007. A promulgação desse documento pelo Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009, ganhou destaque por ter sido a primeira convenção internacional com equivalência de emenda à constituição, por força do artigo 5º, § 3º do texto constitucional de 1988 (FEIJÓ e PINHEIRO, 2012).</p>
<p>DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, Documento elaborado em Salamanca, na Espanha, em 1994, seu objetivo é o fornecimento de diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).</p>	<p>A Declaração de Salamanca é o resultado de movimentos mundiais na luta pelos direitos humanos, ocasionados pelas resoluções das nações unidas que culminou na consolidação da equalização da educação inclusiva, pelos os descontentamentos da exclusão das (PcD) nas décadas de 60 e 70. Na Conferencia Houve a participação de comunidades, familiares, representantes governamentais, e organizações de pessoas com deficiências, com objetivo da melhoria do acesso à educação. No Brasil foi um dos países que responsabilizou-se assumindo o compromisso em incluir as (PcD), segundo os princípios da Declaração (MENEZES, SANTOS 2001).</p>
<p>DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DE MONTREAL SOBRE INCLUSÃO (aprovada em 5 de junho de 2001 pelo Congresso Internacional “ Sociedade Inclusiva” , realizado em Montreal, Quebec, Canadá). Todos os seres humanos nascem livres e são iguais em dignidade e direitos (Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 1). O acesso igualitário a todos os espaços da vida é um pré-requisito para os direitos humanos universais e as liberdades fundamentais das pessoas. O esforço rumo a uma sociedade inclusiva para todos é a essência do desenvolvimento social sustentável. (DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DE MONTREAL SOBRE INCLUSÃO, 2001).</p>	<p>A Declaração de Montreal que aconteceu no Canadá em 2001, foi realizado um Congresso Internacional sobre a Sociedade Inclusiva, que resultou na Declaração Internacional de Montreal, que objetiva garantir que os países têm conhecimento e apoio para estabelecer leis, políticas e sistemas que possam ajudar as pessoas a receber assistência adequada, à cooperação com colaboração entre os governos, para que possam assegurar igualdade de direitos e da dignidade de todas as crianças e jovens, independentemente das deficiências. reforça o papel da escola, pela responsabilidade da inclusão das (PcD) (DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DE MONTREAL SOBRE INCLUSÃO, 2001).</p>

<p>Convenção da Organização dos Estados Americanos DECRETO Nº 3.956, DE 8 DE OUTUBRO DE 2001 Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (BRASIL, 2001).</p>	<p>Com o surgimento de diversas organizações intergovernamentais no cenário mundial, como a ONU e suas agências (Unesco, Unicef e BM), e no âmbito regional, a OEA, objetivando a cooperação internacional a fim de promover parceria entre os países-membros, com propósito de possibilitar os direitos humanos como respeito e liberdades para todos, com isso o cenário político dos anos 1990, resultou na concepção da garantia da equiparação de oportunidades, direitos e deveres. A ONU no ano de 2000, persistiu em manter-se um fórum central para a comunidade internacional sobre orientações gerais para a Educação, em consonância da agência da Unesco. Consequentemente surgiram diretrizes em favor da Educação Especial como as declarações para a construção das políticas públicas educacionais inclusivas ao redor do mundo (BARBODA, FIALHO e MACHADO, 2018). Diante deste cenário de construções de políticas internacionais, numa abordagem filosófico-ideológico da educação inclusiva, originou com a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, a Convenção da Guatemala, aprovada pelo Conselho Permanente da OEA na sessão realizada em 26 de maio de 1999, no país da América Central supracitado, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001. afirmava que os Estados deveriam assegurar-se de todas as medidas necessárias para eliminar a discriminação contra as pessoas (PcD) oportunizando sua integração no meio social (BARBODA, FIALHO e MACHADO, 2018).</p>
<p>Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2007 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU)</p>	<p>A carência no que diz respeito aos direitos das (PcD), tem sido discutida incansavelmente pelas Nações Unidas com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, delegou direitos para melhoria da vida das (PcD), houve mudanças legislativas do Projeto de Lei nº 7.669/06, os textos tiveram que ser normatizados de acordo com os princípios das normas internacionais com a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, da Organização das Nações Unidas – ONU. A Convenção segue hoje o modelo da Convenção da Guatemala, só que, mais aberto, permitindo a agregação de outras tantas deficiências que antes não eram contempladas (GUGEL, COSTA e RIBEIRO, 2007).</p>

Quadro 2 - Descrição das Políticas Públicas Internacionais

Os resultados da pesquisa dos documentos legislativos, pôde permitir uma análise do panorama geral da conjectura do desenvolvimento do cenário político da educação inclusiva. As políticas internacionais foram essenciais para a formulação das políticas nacionais, pois serviram de base para estruturação das legislações brasileira.

O estudo demonstrou que as políticas foram evoluindo em consonância da necessidade do contexto vivido, os acontecimentos que levaram a estes episódios, foi devido as lutas e movimento em prol da legalização das legislações para a inclusão das PcD.

Pode-se detectar que as legislações procuram diminuir o caráter segregário que acontece na rede regular de ensino, devido à vários estudos e simpatizantes engajados na diminuição da exclusão das PcD, foi possível travar essa luta em proveito na legalização destas políticas.

As políticas travam uma luta quanto a inclusão das PcD para que sejam inseridas na

rede regular de ensino e não em escolas só para especiais, pois cada vez que o afasta do convívio social, causa-lhe a exclusão. Discutir as políticas de inclusão é fundamental para reconhecer sua validação para implementar de forma efetiva medidas cabíveis necessárias para a inclusão deste público na rede regular de ensino.

## 4 | RESULTADO E DISCUSSÃO

Pesquisando na base de dados do MEC, entre os dias 14 de maio de 2020 à 18 de maio de 2020, utilizando os descritores de legislação específica/documentos Internacionais, foram encontrados ao total oito leis, dezesseis decretos, sete documentos internacionais relacionadas a inclusão das PcD, no entanto como critérios de inclusão, foram analisadas no Quadro 1 quatro destas leis vigentes, e três decretos, no quadro 2 foram analisados os documentos internacionais três declarações e um decreto. Foram descartadas aquelas legislações que não se tratavam especificamente dos direitos das PcD no âmbito educacional ou que foram revogadas e substituídas por outras legislações (MEC, s.d.).

No portal de periódicos da CAPES, com os seguintes descritores: política pública, legislação e educação inclusiva/especial, foram examinados os artigos dos autores: Miranda (2004), Almeida et al (2007), Kassar (2011), Lopes e Almeida (2015) e Silva et al (2018).

Miranda (2004), ressalta que os serviços especializados e o atendimento das necessidades específicas dos estudantes assegurados pelas legislações ainda necessitam serem alcançados, existe na escola, a carência de recursos pedagógicos e a carência da formação específica dos professores, muitas conquistas foram alcançadas, no entanto é necessário garantir essas conquistas, o avanço social comparados aos tempos de segregação, a educação inclusiva é um grande desafio para todos os envolvidos no processo de ensino aprendido deste público.

As legislações analisadas, propõe a reflexão da inclusão sobre as orientações dispostas, as legislações internacionais foram essenciais para a construção das políticas nacionais. O projeto neoliberal das orientações pelas instituições internacionais que financiam os programas para a educação brasileira, nessa perspectiva, conclui que há muitas dificuldades encontradas de ordem financeira, visto que as instituições internacionais que financiam esses programas voltados para a educação inclusiva, cobram resultados positivos, geralmente, quantitativos (ALMEIDA et al, 2007).

No Brasil, a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, no Artigo 26, inciso I define o direito a todos pela educação. A lei garante que as PcD estão respaldadas com relação a inclusão no espaço escolar. Ressalta-se que, cada legislação foi significativa na construção, ampliação e legitimação.

Vale ressaltar que neste período de construções de políticas inclusivas o Governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), após o país consolidar uma Constituição que trata de direitos iguais, sem discriminação a todos os cidadãos, o governo deveria adequar-se a

normas gerais da (CF), fundamentado por um discurso sobre a modernização da economia com críticas à ação direta do Estado, especialmente nos setores de proteção social. O governo na época em seu discurso argumentou sobre a construção de uma “terceira via”, aprovada no Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, gerou-se uma tensão, pois os interesses com abordagem política como pressuposto a ação direta do Estado; de outro o cenário de regulação e restrição econômica, perante a defesa de solidariedade e de necessidade de retração do setor público (KASSAR,2011).

Os autores Lopes e Almeida (2015) fizeram uma análise do desenvolvimento das políticas públicas da educação especial e educação inclusiva e do papel do Estado, no período entre 1988 até 2013. Resulta-se que os organismos multilaterais ao Estado Brasileiro têm sido contemplados quanto à inclusão de estudantes com NEE na rede regular de ensino, quando se trata de relação custo-benefício, é necessária que os estudos e discursões sejam aprofundadas para que oferta na rede regular seja efetiva e de qualidade.

Segundo os autores Silva et al (2018), o panorama da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, foi desenvolvida diante de um cenário de influências e interesses políticos. O referencial teórico-analítico descrito por nome de ciclo de políticas, buscando problematizar o contexto de influência, o contexto da produção de texto político e o contexto da prática, visa compreender que existe uma carência de implementação dessas políticas na prática, sabe-se que os desafios, avanços e recuos podem acontecer.

Constata-se que, a investigação na literatura da educação especial e sua evolução histórica, sob a análise das legislações vigentes, evidencia que as questões teóricas do processo da educacional inclusivo, tem sido amplamente discutido e evidenciado pelas políticas públicas. No entanto, para que estas legislações sejam amplamente efetivadas, é necessário que ocorram transformações no sistema de ensino.

Os impactos que as legislações proporcionaram em favor da educação inclusiva, resultou em práticas pedagógicas para constructos que acarretam o desenvolvimento da consciência e apelo pelo respeito aos direitos humanos e suas concepções, aponta a necessidade de promover reestruturação no âmbito educacional.

Este artigo evidencia a contribuição relevante para futuras pesquisas, na esfera da abordagem da educação inclusiva no sistema de ensino.

O crescimento de estudos no campo dos direitos humanos das (PcD), através da educação inclusiva, foi adquirido em virtude das lutas e movimentos históricos, atualmente ainda é motivo de discussões, visto que a educação se renova a cada dia, sendo necessário que as políticas públicas devem acompanhar o progresso, adequando-se ao momento e as especificidades existente na diversidade existente na escola.

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Disponível em: <<http://www.un.org/disabilities/convention/conventionfull.shtml>>. Acesso em: 18 de maio de 2020.

\_\_\_\_\_. *Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999. - Regulamenta a Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.* <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec3298.pdf> Acesso em 15 de maio de 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.626/05, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/96150/decreto-5626-05>

\_\_\_\_\_. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.* 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 15 maio de 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.* Brasília: MEC/SEESP, 2008a.

ALMEIDA, D. B. et al. *Política educacional e formação docente na perspectiva da inclusão.* **Educação: Revista do Centro de Educação**, Santa Maira, v.32, n.1, p.327-342, 2007.

APAES, F. N. (2020). <http://apaebrazil.org.br>. Fonte: apaebrazil: <http://apaebrazil.org.br/pagina/a-apaeb> BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: edições, v. 70, 1977.

Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão (2001). Disponível em [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec\\_inclu.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_inclu.pdf). Acessado em 18 de maio de 2020.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.* Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em 14 de maio de 2020.

BRASIL. DECRETO Nº 3.956/01. Dispõe sobre a Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Senado Federal, Brasília, 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/D3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3956.htm). Acesso em 18 de maio de 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. *Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos*, Brasília, DF, nov., 2011a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm). Acesso em: 18 de maio de 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.612, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011. **Dispõe sobre** o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Senado Federal, Brasília, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm). Acesso em 18 de maio de 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração dos direitos das pessoas deficientes.** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec\\_def.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf)>. Acesso em: 18 de maio de 2020

BRASIL. Lei nº 8.069/90. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Senado Federal, Brasília, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em 16 de maio de 2020.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm#art22](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm#art22). Acesso em 18 de maio de 2020.

COLOMBO, Irineu Mario; BALLÃO, Carmen Mazepa. Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil. **Educar em Revista**, n. 53, p. 171-186, 2014.

CORDEIRO, Aliciene Fusca Machado; ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Relações entre educação, aprendizagem e desenvolvimento humano: as contribuições de Jean Marc-Gaspard Itard (1774-1838). **REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO**, v. 32, 2009.

DA SILVA, Lázara Cristina; DE SOUZA, Vilma Aparecida; FALEIRO, Wender. Uma década da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: do ideal ao possível. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 22, n. 2, p. 732-747, 2018.

DE LAJONQUIÈRE, Leandro. O legado pedagógico de Jean Itard (A pedagogia: ciência ou arte?). **Educação e Filosofia**, v. 6, n. 12, 1992.

DE QUADROS, R. M. **Estudos Surdos III: Séries Pesquisas**. Petrópolis – RJ. 2008.

DE SOUZA BARBOSA, Daniella; FIUZA FIALHO, Lia Machado; DOS SANTOS MACHADO, Charliton José. Educação inclusiva: aspectos históricos, políticos e ideológicos da sua constituição no cenário internacional. **Rev. Actual. Investig. Educ**, San José, v. 18, n. 2, p. 598-618, Aug. 2018. Available from <[http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1409-47032018000200598&lng=en&rm=iso](http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-47032018000200598&lng=en&rm=iso)>. access on 18 May 2020. <http://dx.doi.org/10.15517/aie.v18i2.33213>.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 16 maio de 2020.

DIAS, F.S. POLÍTICAS DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: “o plano viver sem limite” e sem cultura. **VII Jornada Internacional Políticas Públicas**, UFMA, 2015.

FEIJÓ, A.R.A. PINHEIRO, T.S.P.M. A Convenção da ONU sobre o direito das pessoas com Deficiência e Seus Efeitos No Direito Internacional E No Brasileiro. **Direito internacional dos direitos humanos**. 1ed. Florianópolis: FUNJAB, v. 1, p. 239-257, 2012.

GUGEL, Maria Aparecida; COSTA FILHO, Waldir Macieira da; RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes. **Deficiência no Brasil**. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em revista**, n. 41, p. 61-79, 2011.

LOPES, Silmara Aparecida; DE ALMEIDA, Jane Soares. Estado brasileiro e políticas públicas voltadas para educação especial e educação inclusiva. **Laplage em Revista**, v. 1, n. 1, p. 46-56, 2015.

LUDKE, M.; ANDRE, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

MACHADO, Evelcy Monteiro; VERNICK, Maria da Glória Lima Pereira. Reflexões sobre a política de educação especial nacional e no estado do Paraná. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 24, n. 2, p. 49-67, 2013.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MEC/SECADI. (s.d.). *portal.mec.gov.br*. Fonte: <http://portal.mec.gov.br>: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192)

MEC. (s.d.). *portal.mec.gov*. Fonte: <http://portal.mec.gov.br>: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-especial-sp-598129159/legislacao>

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Declaração de Salamanca. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrasil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>. Acesso em: 18 de mai. 2020.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. História, deficiência e educação especial. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 15, p. 1-7, 2004.

MONTEIRO, Rui Anderson Costa; GONZÁLEZ, Miguel León; GARCIA, Alessandro Barreta. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: o porquê e seu contexto histórico. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 5, n. 2, p. 82-95, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração dos direitos das pessoas deficientes**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec\\_def.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf)>. Acesso em: 18 de maio de 2020

PESSOTTI, Isaias. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: TA Queiroz, 1984.

PÖPPER, Janice Alen; DE MEDEIROS DIAS, Jussara Marques. Contexto histórico do código do menor para o estatuto da criança e adolescente. **Anais do EVINCI-UniBrasil**, v. 2, n. 1, p. 389-389, 2016.

Portadoras de Deficiência. Guatemala: OEA. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>. Acessado em 18 de maio de 2020.

PORTADORAS, PARA PESSOAS. LEGISLAÇÃO COMENTADA PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA E SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Como chamar as pessoas que têm deficiência. **Revista da Sociedade Brasileira de Ostomizados**, ano I, n. 1, p. 1, 2003.

SOUZA, Celina. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. **Revista de sociologia e política**, n. 24, p. 105-121, 2005.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Amazônia 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 109, 112, 117, 120, 121, 122, 124, 125, 141, 144, 172

Apropriação 85, 89, 111, 176, 177, 186, 235

Aritmética 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 187, 188, 236

### B

Brasília 10, 13, 44, 45, 68, 69, 95, 122, 123, 124, 147, 158, 166, 167, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 186, 187, 188, 202, 237, 250

### C

Cidadania 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 91, 105, 110, 122, 123, 124, 128, 137, 191, 193, 220

Ciências agrárias 38, 168, 169, 173

Circulação 20, 151, 176, 177, 179

Competências 28, 89, 90, 91, 97, 98, 100, 105, 106, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 166, 167, 189, 190, 196, 201, 202, 229

Contexto social 46, 52, 83, 84, 88, 90, 92, 94, 193

Contextualização 89, 90, 91, 140, 141, 142, 146, 197, 236

Contos maravilhosos 83, 84, 86, 87, 88, 90, 91, 94, 95

Cotas 1, 10, 12, 170, 171, 175

Covid 19 239

Criação 9, 10, 16, 28, 36, 55, 63, 64, 71, 72, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 105, 107, 134, 146, 156, 163, 164, 166, 192, 193, 197, 199, 200, 225, 227, 228

Cuidado 20, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 79, 80, 81, 183

### D

Desenvolvimento 16, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 38, 39, 42, 44, 48, 52, 55, 57, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 69, 76, 77, 80, 84, 85, 87, 88, 89, 91, 92, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 110, 111, 112, 113, 117, 120, 122, 127, 131, 138, 150, 157, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 174, 182, 185, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 199, 200, 201, 206, 209, 211, 212, 214, 219, 220, 221, 225, 226, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 250, 251

Docência 29, 48, 52, 57, 181, 205, 217, 250

## E

Ecologia 35, 71, 73, 78, 81, 82

Educação 1, 2, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 30, 33, 35, 37, 44, 46, 52, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 83, 84, 89, 90, 94, 95, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 108, 109, 110, 112, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 133, 135, 137, 141, 142, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 163, 166, 167, 168, 173, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 201, 202, 203, 205, 206, 217, 219, 220, 221, 224, 226, 229, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 246, 247, 248, 249, 250

Educação do campo 97, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 109, 122, 123, 124, 125, 126

Educação em Engenharia 156

Educação e socioeducação 127

Educação integrada 149, 152, 153, 154

Educação não-formal 97, 99, 101, 122

Educação superior 1, 12, 13, 35, 44, 157, 166, 167, 175

Educação universitária 46

Ensino 1, 10, 12, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 43, 44, 45, 46, 47, 53, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 71, 74, 82, 83, 84, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 104, 105, 107, 108, 109, 112, 126, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 152, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 201, 202, 203, 205, 206, 208, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 233, 235, 236, 237, 239, 241, 242, 247, 248, 249, 250

Ensino e pesquisa 35

Ensino fundamental 108, 109, 112, 147, 148, 218, 219, 226, 229, 230, 233, 235, 236, 237

Ensino médio 107, 108, 112, 141, 142, 143, 146, 190, 202, 205, 227, 228, 229, 236, 237, 247

Ensino primário 176, 180, 181, 187

Ensino superior angolano 23, 24, 27, 28

Escolha profissional 169

Estratégias de ensino 189, 190, 191, 193

## G

Gênero 8, 9, 84, 86, 87, 88, 106, 239, 241, 242, 247, 248

Governamentalidade 46, 50

Governança dos corpos 14

Graduação 35, 36, 37, 38, 39, 43, 47, 48, 52, 69, 143, 144, 154, 157, 159, 162, 164, 165,

167, 169, 171, 172, 174, 175, 185, 205, 219, 226, 237, 250

Guia de turismo 149, 150, 151, 152, 153, 154

## **H**

História da educação inclusiva 58

## **I**

Identidade 1, 4, 13, 84, 85, 88, 89, 90, 94, 111, 131, 137, 138, 139, 150, 210, 242, 247

Inclusão das pessoas com necessidades educativas 58

Inclusão geodigital 97, 99, 100, 101, 110

Iniciação científica 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 52, 251

Inter-relação 71, 76, 127, 129

## **J**

Jogos 15, 184, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 200, 201, 202, 203, 215

Jovens em privação de liberdade 127

## **L**

Letramento estatístico 189, 191, 195, 203

## **M**

Matemática 17, 147, 180, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 201, 202, 203, 205, 206, 208, 209, 215, 217, 218, 219, 220, 226, 228, 229, 230, 236, 237, 238, 250

Mercado de consumo 14

Metodologias 59, 159, 162, 180, 190, 205, 206, 208, 215, 216, 217, 229

## **N**

Namibe 23, 24, 29, 30, 32, 33

## **O**

Omnilateralidade 149, 151

## **P**

Patrimônio cultural 149, 150, 151, 152, 153, 154

Pedagogia da alternância 97, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 123, 126

Pensamento estatístico 191, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238

Planejamento escolar 156, 206

Poder político 46

Política pública inclusiva 58

Políticas afirmativas 1, 12, 170

Processos educativos 9, 127, 128, 129, 132, 134, 137

Produção cedraziana 83, 86, 87, 91, 92

Proeja 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 200, 201, 202

Profissão 52, 165, 168, 169, 241

Programas de medidas socioeducativas 127

Projetos de pesquisa 37, 38, 219, 220, 224, 225, 226, 228, 229, 230, 233, 235, 236, 237

## **R**

Raça 5, 8, 9, 10, 168, 171, 174, 239, 241, 248

Redes sociais 46, 51, 118, 119, 120, 123, 124, 160, 161, 163, 175

Relação universidades-empresas 23

Religião 71, 73, 74, 81, 82

## **S**

Sequência didática eletrônica 219, 221, 226, 228, 229, 230, 232, 233, 235, 236

Sexo 239, 247

## **T**

Trabalho 1, 2, 4, 5, 7, 9, 22, 26, 31, 32, 35, 39, 51, 52, 53, 56, 58, 59, 60, 62, 69, 78, 85, 89, 91, 94, 100, 103, 104, 105, 128, 129, 130, 135, 136, 137, 138, 143, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 163, 164, 165, 166, 167, 175, 182, 185, 191, 202, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 213, 214, 216, 217, 225, 226, 229, 230, 232, 236, 237, 239, 241, 242, 244, 247, 248

## **U**

Universidade 1, 10, 12, 13, 14, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 37, 44, 45, 46, 48, 51, 52, 55, 56, 57, 71, 81, 83, 84, 95, 107, 123, 124, 125, 127, 140, 147, 156, 158, 159, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 180, 203, 219, 226, 237, 250

# A Educação dos Primórdios ao Século XXI:

## Perspectivas, Rumos e Desafios

# 6

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

  
Ano 2021

# A Educação dos Primórdios ao Século XXI:

## Perspectivas, Rumos e Desafios

# 6

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

